

# PETROBRÁS

# PETRÓLEO

POR DENTRO DO

• PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS • NO 1 Nº 6 AGO. 1993

## Privatização cria monopólio privado para fertilizantes

O jogo de mistificação em que se transformou o processo de privatização no Brasil, assumiu feições particularmente graves no caso das empresas produtoras de fertilizantes pertencentes ao grupo Petrofértil. Companhias de interesse estratégico para o desenvolvimento agrícola e industrial foram vendidas a preços vis, possibilitando a formação de um monopólio privado que ameaça a expansão da produção de grãos e a sobrevivência de 300 pequenos fabricantes de fertilizantes que atendem a demanda a nível regional.

O setor de fertilizantes se caracteriza pela aplicação intensiva de capital, baixa rentabilidade e necessidade de aperfeiçoamento contínuo da tecnologia e mão de obra. Tais características somadas à função estratégica e social da produção de alimentos tornam recomendável uma forte presença estatal, como ocorre aliás em setores como energia elétrica e telecomunicações. Se o Brasil fosse depender exclusivamente dos investimentos privados para implantar sua indústria de fertilizantes, ainda estaria altamente dependente das importações, queimando divisas e sujeito às oscilações de preços do mercado internacional. Aliás, certamente não é por acaso que das 17 maiores produtoras mundiais de fertilizantes, 12 são estatais.

Essas características estruturais do setor de fertilizantes foram solenemente ignoradas e a Fosfértil e Goiásfértil passaram para o controle do setor privado no ano passado, sendo o processo contestado juridicamente através da Procuradoria Geral da República.

E o que dizer da Ultrafértil, cujo preço mínimo de venda foi rejeitado

pelos técnicos e administradores da Petrofértil? Enquanto estes avaliam a empresa em US\$ 400 milhões, os consórcios Price/Natron, Atlantic Capital/Paulo Adib e Trevisan/Jaako Potry apresentavam valores que giram em torno de US\$ 200 milhões.

A dança dos números para estabelecer o preço de venda seria cômica, se não fosse trágica. Os consórcios avaliadores, contratados e orientados pelo BNDES, apresentaram valores de US\$ 426 milhões, US\$ 317 milhões, US\$ 408 milhões, US\$ 304 milhões, US\$ 195 milhões, US\$ 202 milhões, US\$ 205 milhões e, finalmente, US\$ 207 milhões.

---

### Subsidiárias da Petrofértil foram vendidas a preços vis para grupos privados que agora detêm monopólio da fabricação de fertilizantes

---

Tantos desencontros se explicam pelo tratamento das variáveis críticas (custos, taxas de descontos, receitas, etc.) isoladamente ou em conjunto. Os avaliadores as manipularam ao seu bel prazer o que revela, no mínimo, falta de critérios uniformes e coerentes entre si. A última avaliação, feita pela Trevisan, além de subestimar essas

variáveis, não leva em conta adequadamente o potencial do estratégico terminal marítimo privativo da Ultrafértil, localizado nas proximidades do porto de Santos.

A Ultrafértil acabou sendo vendida pelo preço mínimo ao consórcio Fertiultra. Como se isso não bastasse o BNDES financiou a aquisição, recebendo como garantia ações da empresa. Os grupos privados que agora controlam o setor de fertilizantes, querem ainda outras benemerências do governo.

Seu lobby já entrou em ação para elevar as alíquotas de importação, agora na faixa de 5 a 10%, colocando-as novamente em 40% (como acontecia em 1989). Se a manobra der certo, tais grupos ficarão com um mercado protegido, uma autêntica reserva de caça, o que lhes permitirá aumentar significativamente os preços dos fertilizantes – onerando os custos da produção agrícola, com reflexos inevitáveis nos preços dos alimentos cobrados ao consumidor.

O mistério que cerca o processo de privatização das empresas de fertilizantes, não consegue obscurecer o fato de que o país precisará dobrar a produção de grãos nos próximos anos, o que implicará em pesados investimentos para ampliar a fabricação de nitrogenados, fosfatados, etc. Só as aplicações previstas par os nitrogenados estão estimadas em US\$ 800 milhões. Com a substituição da Petrofértil pelo oligopólio privado que agora domina o setor de fertilizantes, foi retirado de cena o único investidor com credibilidade interna e externa para alavancar os recursos necessários ao enfrentamento desse desafio.

## Golpe de mestre

■ No seu afã de privatizar o setor petroquímico, a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização desrespeitou os direitos da Petrobrás e dos acionistas minoritários da Petroquisa, submetendo os empreendimentos leiloados a enormes prejuízos, através da subavaliação dos ativos, venda em "moedas podres", capitalização de empréstimos das empresas antes da transferência do controle acionário, perdas fiscais e não distribuição de dividendos devidos à Petroquisa.

Essas e outras peripécias do programa de privatização prejudicam enormemente o setor público, em especial as sociedades de economia mista. O desprezo pelos direitos dos sócios minoritários, certamente dificultará a captação de recursos junto ao público para futuros empreendimentos controlados pelo Estado.

Torna-se assim evidente a falácia de, através da privatização, introduzir no Brasil o capitalismo popular via disseminação do controle acionário das empresas. A mesma falácia fica ainda mais evidente, quando se constata que a participação dos trabalhadores nas companhias privatizadas é residual e, na maioria dos casos, acaba sendo vendida aos grupos empresariais que compraram os empreendimentos.

## Negócio da China

■ Para constatar a extensão dos benefícios concedidos aos grupos privados que adquiriram as empresas do setor petroquímico, basta examinar o caso da Copesul — que sempre apresentou uma performance altamente lucrativa. O consórcio PPE (associação entre a Poliolefinas, a PPH e a Empetro) adquiriu 45,6% das ações leiloadas por aproximadamente US\$ 379 milhões. Da Poliolefinas fazem parte a Unipar e a Norberto Odebrecht, da PPH a Petropar, a Odebrecht e a Himont e da Empetro a Polisul o Banco Econômico e outras empresas. Vale lembrar que na época da venda, o Ministro das Minas e Energia (Pratini) e o Presidente da Petrobrás (Benedito Moreira) eram conselheiros da Petropar. Grupos poderosos, sem dúvida. Mas, quase não colocaram dinheiro bom no processo de privatização. A Copesul foi adquirida pelas chamadas "moedas podres", pelo seu valor de face. Além disso, o BNDES comprou no mercado a cesta de moedas de privatização e a financiou permitindo o pagamento em 12 anos, com dois anos e meio de carência e juros de 6,5% ao ano, pagos semestralmente, sendo o saldo devedor corrigido pelo IGP-M.

## Empresas petrolíferas estatais e seus braços empresariais petroquímicos

PAÍSES	EMPRESAS PETROLÍFERAS	EMPRESAS PETROQUÍMICAS
França	Société Nationale Elf - Aquitaine SNEA	Atochem S.A. (97%)
Alemanha	Veba Oel	Hüls (99,5%)
Itália	ENI - Ente Nazionale Idrocarburi	Enichem (81,32%)
Espanha	Repsol Petróleo	Repsol Química
Áustria	ÖMV	ÖMV (chem. Division Chemielinz, Danubi Petrochemie)
Finlândia	Neste Oy	Neste Oy (chemical Division)
Noruega	Statoil	Sagopet, Norsk-Hidro Statoil (chemical Division)
México	Pemex	Pemex
Venezuela	ADVSA - Petróleo de Venezuela S.A.	Pequiven
Colômbia	Empresa Colombiana de Petróleo - Ecopetro	
Brasil	Petrobrás	Petroquisa
Coreia do Sul	Yucong Ltd. (Korea Oil Co.)	Yucong Ltd.
Kuwait	Kuwait National Petroleum	Kuwait Petrochemical Industries Co. (PIC)
Qatar	Qatar General Petroleum	Qatar Petrochemical Co. - QAPCO (84%)
Indonésia	Pertamina	Pertamina
Tailândia	PTT - Petroleum Authority of Thailand	National Petrochemical Co. (40%)
Formosa	Chinese Petroleum Co.	Chinese Petrochemical Development Co.

Ao contrário do que pregam entreguistas e oportunistas a tendência das empresas petrolíferas é aumentar a participação na área petroquímica.

## Gol contra

■ British Petroleum, Chevron, Eni, Saudi Aramco, Shell, Pemex, Exxon, Mobil e Texaco. Você sabia que todas elas têm subsidiárias na área petroquímica? E muitas outras empresas petrolíferas também? Públicas ou privadas, pertencentes a países do Terceiro Mundo ou sediadas em nações capitalistas avançadas, as companhias petrolíferas têm na área petroquímica um complemento natural de suas atividades. Produzindo e refinando petróleo, elas possuem vantagens comparativas em relação a outros grupos para entrarem e se expandirem na petroquímica. (Ver quadro.)

Pois bem, essa incontestável racionalidade econômica está sendo ignorada no Brasil desde o governo Collor. A Petrobrás já foi alijada da produção de fertilizantes e vem sendo afastada do setor petroquímico em favor de um oligopólio privado.

## Em poucas mãos

■ Enquanto a Petroquisa vai sendo alijada das empresas de segunda geração do setor petroquímico, os monopólios privados avançam a olhos vistos. É o que acontece na borracha sintética (Norquisa), barrilha (Frota Oceânica), resinas ABS, EPDM e látex sintético (ITAP), polipropileno (Shell e Odebrecht) e policetileno (Odebrecht).

Quanto às centrais petroquímicas (Copesul e Petroquímica União) a Comissão do Programa Nacional de Desestatização fixou uma participação residual para a Petroquisa, tirando da empresa a condição de reguladora do mercado, o que evitava a concentração da produção nas mãos de oligopólios privados.

Além de contribuir para regular o mercado, a Petroquisa dava grande contribuição para o desenvolvimento tecnológico do setor petroquímico e estava, inclusive, montando um avançado centro de pesquisas. O projeto está puro e simplesmente paralisado.

### EXPEDIENTE



ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

Rua Almirante Barroso, 22 - 19º andar - Centro, RJ CEP: 20031 Tel: 220-4774 Fax: 262-9224  
 POR DENTRO DO PETRÓLEO  
 Jornalista Responsável: Ricardo Bueno  
 Maiores informações sobre as matérias deste boletim poderão ser obtidas junto a AEPET